

Comunicação e intencionalidade

ANÍBAL ALVES

Resumo:

Resumo: Incluir ou não o traço da intencionalidade no acto e no processo da comunicação humana é uma decisão que opõe explicitamente alguns especialistas da área, uns afirmando-a, outros recusando-a, não parecendo sequer relevante para outros.

Evocando algumas posições contrárias, procura-se neste texto formular um balanço sobre as consequências de vantagem e de inconveniência de cada posição – inclusiva e exclusiva - explicitando a preferência pela que nos parece mais adequada para a estruturação e desenvolvimento da disciplina ou área de estudos da comunicação humana, quer para o ensino quer para a investigação.

Palavras-chave:

Palavras-chave:
Comunicação humana, intencionalidade.

1. Introdução: Comunicação: área científica em definição

A experiência tem-nos permitido observar e sentir muitos equívocos e perplexidades sobre a área de estudos de comunicação a que me tenho dedicado na minha vida pessoal e académica. Digo-me que isso faz parte da própria experiência vital, individual e social a que actividade académica não é alheia. Não parecerá todavia próprio da pretensão de uma área científica, como se reclama a dos estudos de comunicação, que o seu objecto específico, formal e material, seja formulado de modo indefinido, confuso, incoerente, e incerto. Uma coisa é encontrarmos comportamentos de comunicação humana caracterizados pela ambiguidade, incerteza, indeterminação, e semelhantes aspectos ou dimensões, outra coisa é mantermos tais manifestações e seus termos ou conceitos na construção científica do objecto de estudo, “comunicação humana”. Pela nossa parte, em todo o caso, e no necessário respeito da liberdade de pensamento, perfilhamos a opção pela exigência metodológica de conceitos e teorias, quanto possível claros e distintos, susceptíveis de contradição e refutação tal como de demonstração ou argumentação. Ficamos perplexos e descontentes cada vez que a nossa disciplina de comunicação humana fica exposta ao ridículo da confusão, do engano, da obscuridade e da ininteligibilidade. O mesmo se poderá dizer da inconsequência ou mesmo da inutilidade. E, de algum modo, na injustificação de uma nova área científica, que não consiga recortar um objecto de saber próprio, no contexto das demais áreas científicas, que todas e cada qual se justificam na medida em que fundamentam e trazem à comunidade, um saber original manifesto. Desconfortável é, assim, passar por experiências anedóticas como as seguintes.

Contra a Comunicação

Há algum tempo, o meu centro de investigação convocou os seus membros para uma sessão com um reconhecido intelectual que acabava de publicar um livro com o nome “Contra a Comunicação”. Consciente da minha ignorância sobre o pensamento do Autor, imaginei alguma abordagem crítica a partir de perspectiva ou campo de sua especialização ou obra. E assim fui seguindo o discurso do seu interessante pensamento, perguntando-me quando surgiria a eventual oportunidade de me manifestar “pela Comunicação” (a minha disciplina). Foi então que no tempo das perguntas, uma jovem colega tomou a palavra e começou por referir que falava do lado do *jornalismo e da informação* a que se dedicava. Ao que, de imediato, o Conferencista reagia, avançando o seu interesse e respeito por tal campo e actividade. E mais ainda, contratando-o com o da Comunicação, a área do Senhor Berlusconi e semelhantes. Aí fez-se luz no meu espírito: tal era a comunicação “contra a qual” o crítico e sábio pensador julgava imperativo manifestar-se. Os equívocos deste género não são novos e os estudiosos profissionais da comunicação sabem que a sua profissão e estatuto científicos estão longe de merecer o reconhecimento dos seus confrades académicos. O nome da nossa disciplina de tão ambíguo e incerto chegou a suscitar a um dos seus cultores a ideia de acabar com o próprio termo de “comunicação”.

O curso de comunicação que não o era

Em outra circunstância, em que me encontrava ligado a matéria de comunicação, surgiu um outro equívoco de que desejo tirar ensinamento. Foi um caso com a Comissão de Avaliação Externa para os cursos de graduação de Ciências e Tecnologias da Comunicação das Universidades Portuguesas. Cumprindo o calendário apresentou-se a Comissão em determinada Escola para iniciar os trabalhos de visita e análise presencial das estruturas, programas e funcionamento do Curso de Comunicação. Depressa se deram conta, visitantes e membros da Instituição de que, visivelmente, não tratavam do mesmo assunto. “Que eram de informática, não de comunicação social, humana, e semelhantes”, referiram os visitados. E tratou-se de lavrar acta a fundamentar o termo da acção de avaliação por improcedente. Equívocos da Comissão Nacional de Avaliação dos Cursos de Comunicação das Universidades Portuguesas. Episódio ilustrativo a recomendar mais precisão ou adequação de vocabulário. Com previsíveis e evidentes vantagens.

Cremos que a adequação de conceitos, termos, teorias, métodos e procedimentos na disciplina ou ciência da comunicação humana está muito para além do anedótico e do equívoco. Estes apenas nos podem assinalar, em negativo, a propriedade da clareza, distinção e adequação do conhecimento reflexivo e dos seus respectivos termos. Exigência certamente indispensável para a construção e desenvolvimento da disciplina de Comunicação humana. É nesta perspectiva que a proposta deste discurso sobre “comunicação e intencionalidade” se situa. Pensamos com efeito que concepção da *comunicação como ciência dos actos comunicativos intencionais* pode contribuir, de algum modo, e entre outras abordagens igualmente legítimas ou possíveis, para a compreensão dos fenómenos e comportamentos comunicativos, bem como para a sua maior adequação às relações e processos sociais de que fazem parte.

2. Comunicação humana e intencionalidade

2. 1. Definições de comunicação humana

2.1.1. Um contraste exemplar

Retomaremos sinteticamente o que exprimimos em outro momento¹ limitando-nos ao contraste entre a posição de **Stephen Littlejohn**² e a de **Karl Rosengren**³ (2000), *Communication, an Introduction*. Como então salvaguardá-los, foram acentuados os traços de tendência em função do nosso propósito, sem pretendermos qualquer crítica pejorativa do autor Littlejohn, por cuja obra nutrimos o maior apreço e sentida dívida de rico ensinamento.

A posição de Littlejohn

Uma preferência por uma perspectiva de grande abrangência para o conceito e termo de comunicação, especialmente nesta última edição da sua obra de Teorias da Comunicação, realizada em co-autoria com Karen Foss, e na qual adopta um novo quadro para a exposição das teorias da comunicação, proposto recentemente (1999) por Robert Craig⁴. É todavia, manifesto, que o autor, tal como fizera em anteriores edições, dá à definição de comunicação larga cobertura, a partir, entre outras, da célebre referência das 126 definições apontadas por Dance⁵. Resta que Littlejohn acaba por uma clara reserva em formular qualquer definição explícita de comunicação. Em palavras suas: “*Scholars have made many attempts to define communication but establishing a single definition has proved impossible and may not be fruitful*”⁶. [Os académicos fizeram muitas tentativas para definir comunicação mas estabelecer uma única definição mostrou-se impossível e pode não ser útil].

Por outro lado, o autor perspectiva o “campo” da comunicação, adoptando a posição meta-teórica de R.Craig. Este autor reúne num concebido diálogo das diferentes teorias de comunicação, as sete tradições reconhecidas: *Retórica, Semiótica, Fenomenologia, Cibernética, Psicossociologia, Sociocultura, e Crítica*.⁷ Embora estejamos a simplificar a posição de Littlejohn, parece manifesto que ela favorece uma abrangente abordagem das Teorias da Comunicação, com as consequentes vantagens e inconvenientes. Ele próprio acautela, no seu manual, que daí não fique excluído o estudo das diferentes matérias ou fenómenos da comunicação humana. Deixa no entanto, em nosso entender, campo aberto, a uma miscelânea de abordagens que não favorecem para nós a desejável unidade e consistência da disciplina de Comunicação, bem como a sua especificidade institucional e pragmática.

A posição de Karl Rosengren

Ficando, igualmente, apenas nos traços aumentados, vamos directamente à citação da proposta de definição de comunicação: “**communication is: intersubjective, purposive interaction by means of doubly articulated human language based on symbols**”⁸.

¹ Alves, A. (2004), “Teoria da Comunicação – Tendências e Actualidade”, Actas do IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Sessão temática de Teorias da Comunicação.

² Littlejohn, St. and A. Foss, K., (2004), *Theories of Human Communication*, Wadsworth. N. York, 2005, (*Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*, trad. da 1ª ed., 1978, Zahar ed., Rio de Janeiro).

³ Rosengren, K. (2000), *Communication, an Introduction*, Sage, 2000.

⁴ Robert Craig, “Communication Theory as Field”, *Communication Theory* 9 (1999) p. 119-161.

⁵ Frank Dance and Carl Larson, *The Functions of Human Communication: a Theoretical Approach*, N. York, Winston, 1976, Appendix A (Ref por Littlejohn (2004), p.15).

⁶ Littlejohn, o.c., p.12

⁷ Cfr. R. Craig (1999) e St Littlejohn, o.c., p. 34, ss.

⁸ Rosengren, o.c, p.38.

Podemos aligeirar o contraste, propositadamente ampliado, recordando que do ponto de vista material, os referidos autores se encontram concordantes, ou seja, propõem o estudo de idênticas matérias, ou o mesmo campo de comunicação. Vemos que é possível assinalar uma diferença: a inclusão ou não, no conceito e no acto de comunicação, do traço que chamamos “intencional” (purposive). É o que podemos designar como uma diferença formal, constitutiva da definição do campo e disciplina da comunicação humana. Não se pretende aqui e agora estabelecer uma teoria adequada da comunicação humana. Estamos bem mais inclinados, em termos absolutos, a concordar com a abertura de Littlejohn, especialmente com a atitude científica de abertura que ela manifesta e que, sem hesitação, também adoptámos. Todavia, também pensamos que a posição adoptada por Rosengren se revela mais apta ao objectivo de compreender e tratar a comunicação humana, de modo próprio e distinto.

2.1.2. Outros pontos de vista

Podíamos ilustrar com outros autores diferentes orientações, ora mais restritivas ora mais abrangentes, como mais gerais e mais particulares. É-nos, por exemplo muito cara a sustentada e meticulosa, embora já antiga, síntese de Lee Thayer, *Comunicação, Fundamentos e Sistemas*⁹, que adoptámos largamente no nosso ensino. Outros privilegiam a perspectiva sistémica dos modelos, como por exemplo, o livro introdutório de John Fiske¹⁰, a que também recorreremos nas disciplinas de introdução ao estudo da comunicação. É incontestável que a pluralidade de teorias faz parte da ciência e assim terá de ser também na nossa área, talvez por razões acrescidas. Sucede que não temos ainda uma disciplina estabelecida e claramente afirmada e distinta no concerto académico. Cremos que isso seria vantajoso e nesse sentido parece conveniente estabelecer elementos teóricos comuns capazes de balizar uma ciência da comunicação, ou, em todo o caso, linhas progressivas dessa ciência.

Seguiremos por certo a cautela do consumado mestre nesta matéria, Denis McQuail, que vale a pena referir, no comentário que fez a propósito da definição de “ciência da comunicação” proposta por Charles Berger e Steven Chaffee e que refere no seu livro de *Teoria da Comunicação de Massa*: “é pouco provável que consigamos encontrar uma única definição do campo que possa cobrir adequadamente a diversidade dos fenómenos e perspectivas relevantes. É também pouco provável que qualquer “ciência da comunicação” possa ser independente e auto-suficiente, dadas as origens do estudo da comunicação em muitas disciplinas e a natureza alargada das suas questões, provenientes dos campos económico, jurídico, político, ético, bem como da cultura”¹¹ Toda a passagem deste texto de McQuail, que é uma introdução à teoria da Comunicação de massas, fornece elementos relevantes para a nossa questão de hoje, mas que por necessária brevidade temos de deixar.

Também temos presente que “natureza alargada das questões de comunicação”, entre outras razões, favorece as muitas abordagens e, eventualmente, o seu carácter heterogéneo. E isto já nos parece menos próprio de uma disciplina coerente e comum aos seus membros. Por isto nos batemos por alguns parâmetros tais como os contidos na definição de Rosengren, e, particularmente pelo carácter intencional do acto comunicativo, tomando este como uma unidade básica constitutiva da comunicação humana.

⁹ Thayer, L. (1968, 1979), *Comunicação, Fundamentos e Sistemas*, Atlas, S. Paulo.

¹⁰ Fiske, J. (1982), *Introdução ao Estudo da Comunicação*, Ed. ASA, Porto, 1993, Trad. de *Introduction to Communication Studies*, Methuen, London, 1982.

¹¹ McQuail, D. (1983, 2000), Trad. Port. 2003, p. 12.

2. 2. Comunicação: acto intencional voluntário?

Esta questão recebeu tratamento de muitos autores directa ou indirectamente, com posições opostas diferenciadamente fundamentadas. Não é o objecto da nossa reflexão de hoje, o qual pretende limitar-se a identificar algumas vantagens estratégicas para o estudo e desenvolvimento da comunicação humana, na opção de a conceber metodologicamente, no seu núcleo ou unidade básicos, como **acto humano intencional** (passe o carácter redundante do segundo adjectivo, ao menos na acepção de acto humano atribuída a S. Tomás de Aquino. Este distinguiu o *acto humano* do *acto de homem*, precisamente caracterizando o primeiro pela *voluntariedade*, a qual faltaria ao segundo, apenas materialmente efectuado. Materialmente, ou seja, fisicamente, espontaneamente, naturalmente, realizado. Mas não intencionalmente, com propósito, ou de propósito).

Refiro como exemplo a posição e exposição sobre o assunto de V. Aguiar e Silva na sua *Teoria da Literatura*¹², a propósito da discussão dos conceitos de semiótica da significação e de semiótica da comunicação. Aí sintetiza e documenta o autor a oposição entre os que entendem que o acto de comunicação (e para alguns o próprio acto de significação) inclui a marca da intencionalidade ou vontade e os que pensam que esta concepção da comunicação seria abusivamente restritiva, contrapondo-lhe uma concepção mais aberta, capaz de abranger conhecidos fenómenos semiótico-comunicativos em que não existe voluntariedade e intencionalidade por parte de algum emissor (que eventualmente pode nem ser identificado com um organismo humano).

A primeira posição é reconhecida em Eric Buyssens, com precisas citações de apoio, bem como no seu discípulo Luís Prieto; a segunda é atribuída a Roland Barthes, entre outros, e é defendida pelo autor, Prof. Aguiar e Silva¹³. Não é necessário retomar aqui a discussão a que aludimos pese embora o seu interesse. Afigura-se todavia relevante, especialmente para o nosso propósito, sublinhar o ensinamento de Buyssens cuja citação no local em referência (p.191, nota 24) merece ser retomada: "Dans l'acte de communication, le fait révéle – on n'insistera jamais assez – est toujours d'ordre psychologique; [...]. Bref l'acte de communication est l'acte par lequel un individu, connaissant un fait perceptible associé à un certain état de conscience, réalise ce fait pour qu'un autre individu comprenne le but de comportement [...]". Do mesmo modo, e do mesmo local, a afirmação de Prieto: « C'est l'emploi de signaux qui définit la communication: on a affaire à un acte de communication ou acte *sémique* caque fois qu'un *émetteur*, en produisant un signal, essaie de fournir une indication à un *récepteur* ».

Admitimos que as duas posições são sustentáveis com algumas distinções capazes de lhes evitar a aparente contradição. Inclino-nos sem dificuldade a pensar que os processos semióticos e cognitivos, ao nível conceptual mais geral, possam ocorrer sem a mediação explícita do acto voluntário, e mesmo sem a vinculação intencional de finalidade. Mas não o faremos para o acto humano de comunicação. Quanto mais não fosse, por uma razão estratégica, que, como sabemos, pode justificar uma definição, sem pretensão definitiva. O nosso ponto de vista, provisório sem dúvida, adopta uma escolha calculada e hipotética para o estudo da comunicação humana, partindo de uma unidade de análise que é o acto comunicativo humano. E neste, o elemento voluntário, e, talvez, mais preferivelmente, o elemento intencional, é condição necessária. Por isso nos revemos na exigência citada e cara a Buyssens e Prieto, entre outros. A alguns faremos a seguir referência, no quadro das propostas de definição de comunicação, tópico controverso (sem surpresa) entre os autores de obras sobre Teorias da Comunicação.

2.3. A intencionalidade para além da voluntariedade

¹² Aguiar e Silva, V. (1983), *Teoria da Literatura*, Almedina, 186

¹³ Aguiar e Silva, o.c., p.191-192, *passim*.

Não nos iludimos sobre as reservas que muitos colocarão à noção de comunicação perfilhada por E. Rosengren e que também aceitamos. A “comunicação instrumental” não goza de grande reputação, a comunicação verbal parece demasiado restritiva, e o sujeito é figura pouco cara aos ventos da pós-modernidade. Também temos noção de que as psicologias da consciência se escudaram em quadros epistemológicos defensivos menos adequados. Numa palavra o modelo da comunicação intencional suscita as maiores reservas. E, no entanto, pareceu-nos útil e vantajoso, retomá-lo e explorá-lo. Ele inspira sem dúvida grande parte da acção humana, hoje, como ontem, e, como já sucedeu, no passado, pode proporcionar novos entendimentos e novas vias para maior e mais adequado saber sobre a comunicação humana. Tal é em todo o caso o nosso propósito partindo do estímulo da definição de comunicação de Rosengren, enquanto acto *intencional* (purposefull) autor já assinalado.

A intencionalidade é uma noção cara aos fenomenólogos, que foi particularmente cultivada pela Escolástica, tem origem em Aristóteles. Para o Filósofo, conforme refere A. Morujão¹⁴, remetendo para o livro da Metafísica, o conceito surge a propósito da *relação*, de que o saber constituiria exemplo. Ou seja, uma ideia seria em princípio, uma relação entre um objecto como tal e enquanto é *nosso* objecto.. Sublinhamos, de passagem, este traço ligado à intencionalidade, porque ele nos parece remeter para uma categoria cimeira ou charneira na qual revemos um traço fundamental da comunicação humana que mereceria maior detenção. Fique também a indicação sumária do interesse que a intencionalidade mereceu aos filósofos da orientação fenomenológica e existencialista, tais como Brentano, Husserl, Heidegger, Merlau-Ponty, Sartre, Scheller, entre outros.

No nosso propósito de hoje, importa-nos sobretudo receber a significação comum do vocábulo, *intencional*, como dirigido a um fim, propósito, objectivo. Admitimos que esta significação pode envolver o carácter de voluntariedade, o que designaríamos como acepção forte, tal como pode consistir na relação de vinculação, sem implicação volitiva explícita e susceptível de várias modalidades. A este respeito caberia recordar Scheller para quem, a consciência intencional se exerceria em diferentes perspectivas, a saber, cognitiva, voluntária e afectiva¹⁵.

O sentido comum de intencionalidade integrado na concepção de comunicação que propomos, juntamente com Rosengren, sem prejuízo de mais adequado e proveitoso desenvolvimento, é suficiente para sustentar a orientação vantajosa que nela reconhecemos para a disciplina de comunicação humana. É manifesto, com efeito, que o carácter intencional do acto comunicativo é solidário com a concepção de sujeito agente do mesmo acto e da sua realização através da linguagem verbal. A pertinência e adequação de tal modelo não tem de apoiar-se na sua concreta realização em todo e qualquer acto de comunicação, mas sim na relevância paradigmática com que os pode subsumir a todos e qualquer um, em representação inteligível cabal.

3. Vantagens da perspectiva da comunicação intencional

A atitude optimista que nos inspira esta perspectiva pode confortar-se, entre outras, pelas seguintes dimensões relativas à disciplina académica da comunicação, ao seu relacionamento com a pragmática e ciência da linguagem, e, ainda, com a prática social. Na exploração que hoje pretendemos abrir vamos limitar-nos apenas a estas.

¹⁴ A. Morujão, “Intencionalidade”, *Logos*, D. Quixote, Lisboa.

¹⁵ Cfr. *Encyclopédie Universalis*, Thesaurus, “Intentionnalité”.

3.1. A coerência da disciplina de comunicação humana

A definição da comunicação a partir do acto humano de comunicação, enquanto **“Communication is: intersubjective, purposive interaction by means of doubly articulated human language based on symbols”**. Rosengren, (2000:38) oferece-nos uma base nuclear susceptível de organizar a própria disciplina, seleccionando e hierarquizando os seus conteúdos, possibilitando mesmo uma certa estruturação da área de ciências da comunicação, propondo por exemplo algumas distinções e relacionamentos ente disciplinas nucleares e auxiliares. Repare-se sem descermos agora a pormenores como da simples definição enunciada surge de imediato indispensáveis as disciplinas de psicologia, sociologia, linguística, responsáveis pelo conhecimento do indivíduo, da sociedade, da língua, para notarmos o essencial.

É manifesto que esta orientação que cremos da maior relevância, sob o ponto de vista da coerência disciplinar, não se consegue, com um qualquer golpe de magia; requer, antes, consumada arte de selecção e combinação dos diferentes aspectos e unidades das várias disciplinas.

O apoio desta perspectiva não nos veio apenas da proposta de Rosengren e de outras já antes referidas. Encontrámos um exemplo que nos parece particularmente útil numa área científica tão complexa e experimentada como é a do Direito ou das Ciências Jurídicas. Trata-se de um texto magistral concebido para “introduzir ao Direito” que devemos ao Professor José de Oliveira Ascensão¹⁶ na sua obra *O Direito, Introdução e Teoria Geral* (2001, Almedina, p. 9, ss.). Para o nosso caso, o que se mostra mais interessante é o recurso feito pelo autor à noção de **facto** e de **facto jurídico** e, com estes, à de **acto jurídico** para alicerçar a concepção da ordem jurídica e da ciência jurídica. Tendo de ser breves ou mesmo elípticos, atrevemo-nos a colher daqui exemplo e estímulo para proceder de modo análogo, na concepção da ciência da comunicação recorrendo à noção de acto comunicativo, tal como ficou formulado pela expressão de Rosengren ou alguma a ela similar.

Seria possível desenvolver este tópico com o ensinamento de outros autores da disciplina, como L. Thayer e, mais recentemente, D. McQuail. Pare eles remetemos, por brevidade. Não queremos no entanto deixar de lembrar uma eventual consequência desta posição em relação à composição e estruturação dos programas de formação para os cursos universitários, particularmente os de graduação. Já em outras circunstâncias nos pronunciámos a este respeito que nos parece imperativo para a concepção e promoção das competências comunicativas.

3.2. A convergência com as perspectivas da pragmática nas ciências da linguagem

É sabido quão importante se revelaram para os estudos da linguagem as pesquisas e obras de Austin, Searle e outros, quer entre os que os precederam quer entre os que os continuaram. Importa-nos aqui somente sublinhar o nó de tão grande mudança nas ciências da linguagem e no que mais particularmente se designa por pragmática, e qualquer das suas versões e tendências. Foi a concentração nos **actos de fala** que abriu e, em alguns casos confirmou, o novo e maior entendimento da língua e da linguagem, e do *homem na linguagem*, para recordar em justa homenagem a visão inaugural de Émile Benveniste.

A nossa perspectiva de destacar o núcleo dos **actos de comunicação** na teoria e disciplina da comunicação pretende associar-se com a da pragmática ao privilegiar ao actos da fala e, porque não, os da comunicação. Duas anotações sintéticas nos permitirão assinalar pontos de convergência entre a noção de intencionalidade que pretendemos reconhecer nos actos de comunicação e noções associadas ou similares retomadas de autores de orientação pragmática.

Começo por referir Searle, e a própria metáfora da “direccionalidade” que usou par introduzir o seu pensamento sobre a intencionalidade. É que, tendo presente que uma parte substancial da

¹⁶ Ascensão, J.O. (2001), *O Direito, Introdução e Teoria Geral*, Almedina, p. 9, ss.

comunicação humana se realiza na e pela linguagem, parece importante trazer para o seu estudo o contributo de pensadores que nesta última destacaram a dimensão intencional, como é o caso de Searle. Por outro lado, a noção de direcionalidade que a definição de comunicação de Rosengren também integra através do traço da “propositividade” leva-nos até Oswald Ducrot e a sua concepção “argumentativa” do enunciado ou do discurso. Trata-se de reconhecer no acto de fala, que é o enunciado, a direcção ou “sentido” que o responsável pela enunciação confere ao seu enunciado, no quadro da relação com o interlocutor.

A intencionalidade, de modo mais complexo, parece-nos grandemente implicada na pragmática concebida por Grice¹⁷. A própria noção de *implicatura* não remete para um fundamental **princípio de cooperação**? Mas este passa por uma ou mais formas de intencionalidade.

Ficam os apontamentos, por certo apenas indicativos, mas que julgamos susceptíveis de corroborar a convergência de perspectiva da nossa proposta de concepção de comunicação com a orientação da pragmática assinalada.

3.3. Comunicação intencional e cidadania

A definição intencional que destacámos, com E. Rosengren, está associada à de acto e de acto humano, o que traz consigo a noção de agente inteligente e voluntário, pelo menos no sentido mais forte. É este, o sujeito do acto humano que a definição integra. Por isso nos parece uma concepção da comunicação em particular sintonia com a ideia de cidadania, tal como a consagra o texto fundador que é a Constituição de Portugal. Ela vai também em sintonia com o oportuno tema do nosso IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação: Comunicação e Cidadania.

A este propósito baste-nos retomar dois tópicos: o primeiro para recordar o fundamento da lei da nossa sociedade na *pessoa humana*; o segundo para referir o reconhecimento explícito ao indivíduo que é essa pessoa da sua condição de membro activo da comunidade política, ou seja de *cidadão*.

A pessoa humana como pedra angular da lei fundamental nunca será demasiadamente referida: “*Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa solidária*”¹⁸ (Art. 1º). Conforme bem explicitam os Autores referidos nos seus comentários a este artigo, “a dignidade da pessoa humana é um valor autónomo e específico inerente aos homens em virtude da sua simples pessoalidade. Consequentemente, a República baseia-se no homem com *sujeito* e não como objecto dos poderes ou relações de domínio”. Baste-nos, por aqui, esta evocação para enaltecer a convergência da proposta concepção de comunicação, também ela atestando o valor da acção e do seu *sujeito*.

A Constituição reservou lugar e forma próprios para tratar da participação política dos membros da sociedade nacional. A trilogia, “a pessoa, o cidadão, o trabalhador” destacada pelos Autores da Constituição Anotada, manifesta a vontade constitucional de levar o sentido dos “direitos, liberdades e garantias” até ao indivíduo concreto inserido nas particulares condições da sua inserção social e laboral. Atendo-nos à dimensão política em que o texto consagra o termo de “cidadão”, designadamente nos arts. 48, 49 e seguintes do Capítulo II, Direitos, Liberdades e garantias de participação política (p. 266, ss.), fácil será reconhecer quanto a concepção jurídica e o exercício dos direitos políticos se prende com a concepção e o desempenho da comunicação humana decorrentes

¹⁷ Grice, H.P. (1975), “Meaning”, *The Philosophical Review* 67, 377-388; (1979, *Logique et conversation*”, *Communications* 30, 57-72; Cfr. Apresentação de Moescheler, J. et Reboul, A. (1994), *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Seuil, Paris, 1994, p.201, p. 251, ss.

¹⁸ Canotilho, J. J. G. e Moreira, V. (1993), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Almedina, p. 57.

da definição que propomos. É manifesto que convergem e se escudam mutuamente. Poderíamos desenvolver a perspectiva “performativa” que se adivinha implicada na definição de comunicação a partir do acto humano de comunicação. Não o podemos fazer agora mas iria manifestamente de acordo com o desempenho das competências da cidadania.

Nesta perspectiva, mais oportuna se apresenta a presente reflexão “comunicação intencionalidade” para o tema do Congresso do IV Sopcom: “Comunicação e cidadania”.

4. Conclusão

Concluiremos pela aproximação do ponto de partida e do ponto de chegada do nosso percurso. Das dúvidas e perplexidades sobre a área de estudos de comunicação prosseguimos, na condição de liberdade de pesquisa, a busca de uma concepção de comunicação humana fundada e vantajosa. Julgamos que a encontramos com o apoio da noção de intencionalidade sublinhada na definição de E. Rosengren. Não significa que tenhamos encontrado a solução ou mesmo uma solução. Mas podemos pensar que descortinámos um caminho favorável à disciplina de comunicação e, também, favorável à prática social da comunicação.

Talvez a comunicação, simultaneamente livre e vinculada possa ser pensada no quadro da intencionalidade, e com oportunidade especial, na perspectiva da comunicação dos cidadãos, numa sociedade eticamente animada e, assim, progressivamente, livre, justa e solidária.